

BASE DE DADOS PAISAGEM E POVOAMENTO (DIOCESE DE BRAGA, SÉCULOS IX-XI)

André Evangelista Marques
Instituto de Estudos Medievais
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
andre.omarques@gmail.com

Gabriel David
INESC Porto
Faculdade de Engenharia
Universidade do Porto
gtd@fe.up.pt

CONTEXTO

A base de dados “Paisagem e Povoamento (diocese de Braga, Séculos IX-XI)” foi elaborada como parte da investigação que conduziu à tese de doutoramento “Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI): ensaio metodológico” de André Evangelista Marques, Doutoramento em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012 (<http://hdl.handle.net/10216/67231>). O resumo da referida tese é o seguinte.

Concebida inicialmente como mais um estudo de base regional sobre a organização social do espaço, a presente investigação acabou por se centrar especificamente na caracterização morfológica das diversas unidades espaciais que serviram a organização da paisagem e do povoamento, entendidas como bases materiais da organização social do espaço, no território da diocese de Braga entre c. 875 e 1100. Trata-se de um trabalho empenhado não tanto em esgotar um tema no plano empírico, dentro de coordenadas temporais e espaciais precisas, mas sobretudo em propor uma metodologia de análise do espaço (mais concretamente, dos diversos tipos de unidades que o estruturam no discurso documental), concebida especificamente a partir de fontes escritas altimedievais. O programa desta dissertação distingue-se, assim, por um duplo objetivo instrumental (porque condição prévia imprescindível ao estudo do tema escolhido), verdadeiramente interdependente: (i) apresentar uma proposta metodológica para o estudo da morfologia das diversas unidades espaciais referidas na documentação escrita altimedieval; e (ii) desenvolver um caminho aplicado (a um corpus documental concreto) de reflexão sobre as possibilidades das fontes escritas para o conhecimento da materialidade do espaço, conducente à reivindicação heurística da relevância, mas também das limitações, deste tipo de fontes para o estudo do tema; o que tem implicações

epistemológicas no debate sobre os espaços de cruzamento/rutura entre a história e a arqueologia. Estes dois objetivos estão na origem das duas partes da dissertação: a primeira dedicada à justificação teórica e apresentação da metodologia proposta e a segunda aos problemas associados à representação documental do espaço, com particular destaque para a análise detalhada do léxico utilizado na documentação compulsada para classificar morfologicamente as unidades espaciais referidas, o que constitui afinal a etapa primeira e imprescindível da metodologia proposta.

O sistema de gestão de base de dados utilizado foi o MS Access 2010, formato do ficheiro Access 2000. A base de dados "Paisagem e Povoamento (diocese de Braga, Séculos IX-XI)" fica aqui à disposição dos investigadores para verificação dos resultados obtidos na tese e para eventuais posteriores estudos.

1 O PROJETO DA BASE DE DADOS

O objetivo da BD construída foi registar factos acerca de unidades espaciais num determinado contexto espaço-temporal. O método seguido foi iterativo e, portanto, os requisitos da BD foram sendo adicionados ao longo do processo. Optámos por apresentar apenas a versão final dos requisitos e uma explicação detalhada do modelo elaborado.

1.1 Requisitos funcionais e não funcionais

As unidades espaciais, sendo as entidades centrais da investigação, não são em geral observáveis por método direto, mas apenas através de referências documentais. São não tanto um ponto de partida mas mais um ponto de chegada da pesquisa. Por isso, assume-se pouco relativamente a estas unidades: uma designação normativa, um tipo normativo e uma localização geográfica, a preencher progressivamente. O tipo normativo é um vocabulário controlado com uma classificação hierárquica de até três níveis. A localização geográfica das unidades espaciais é baseada nas divisões administrativas de 2011 (INE) tendo os níveis de distrito, concelho, freguesia e lugar. Todas as divisões são caracterizadas pelo código oficial e pela designação. Tanto os lugares como as freguesias são ainda associados a uma localização em coordenadas geográficas, tipicamente o centro do lugar ou da freguesia.

Os factos centrais a registar na BD são as menções documentais às unidades espaciais, enquanto elementos de caracterização dessas unidades. Estes elementos são portanto encarados como entidades em si mesmos, descritos por um conjunto rico de atributos resultado da análise documental e atribuídos às unidades espaciais. À imagem do que sucede com as

unidades espaciais, os elementos também são classificados diretamente de acordo com a tipologia normativa. A atribuição às unidades espaciais pode ser inequívoca, quando a informação existente é suficientemente explícita, mas por vezes é criado um novo registo de unidade espacial para fornecer um referente ao novo elemento e, mais tarde, vem-se a identificar essa unidade espacial com uma outra e procede-se à consolidação das atribuições de elementos a unidades espaciais, eliminando a repetição.

As menções documentais incluem por vezes informação acerca de relações entre as diferentes unidades espaciais. Essas relações são categorizadas e, como as menções documentais são concretizadas em elementos de caracterização das unidades espaciais, é entre os elementos que as relações são estabelecidas e não diretamente entre as respetivas unidades. São ainda de prever relações diretas com a tipologia normativa, ao invés de com um elemento de um determinado tipo.

Os tributos e as transmissões de propriedade relativos a elementos são objeto de registos próprios.

Atendendo à relevância do registo das fontes documentais, todos os elementos são ligados ao respetivo documento. Um documento pode ser a fonte de múltiplos elementos mas cada elemento é obtido de um único documento. Menções à mesma unidade espacial em documentos diferentes são registadas em elementos diferentes. Os documentos são identificados do ponto de vista arquivístico pelo seu produtor, pelo fundo a que pertencem e respetiva cota, tipologia e sumário. Um especial cuidado é posto na datação do documento, a qual inclui data, intervalo de datas e categorização por séculos, meios séculos e quartos de século.

Os documentos foram, em muitos casos, objeto de publicação e essa informação é registada, sendo possível contemplar múltiplas publicações do mesmo documento.

Para além dos requisitos funcionais sumariamente descritos acima, foram identificados alguns requisitos não funcionais.

O sistema de gestão de bases de dados a utilizar deveria ser de fácil manuseamento por parte do investigador.

O número de factos a registar é da ordem dos milhares, o que não deverá colocar problemas de desempenho complexos.

As interfaces de registo de dados deverão ser o mais informativas possível e promover a consistência dos dados.

A extração de informação é de três tipos principais: listagens exaustivas dos registos, segundo várias perspetivas; indicadores estatísticos calculados segundo diversos critérios; e distribuições espaciais de parâmetros para representação cartográfica.

Como consequência dos requisitos não funcionais apresentados, selecionou-se o sistema de gestão de BD Microsoft Access 2007 para a implementação da BD, a que foi dada a designação “Paisagem e Povoamento (diocese de Braga, séculos IX-XI)”.

1.2 Modelo de dados

O modelo de dados final que derivou dos requisitos apresentados encontra-se esquematizado no diagrama UML de classes simplificado da Figura 1. O modelo relacional detalhado pode ser consultado no Anexo A.

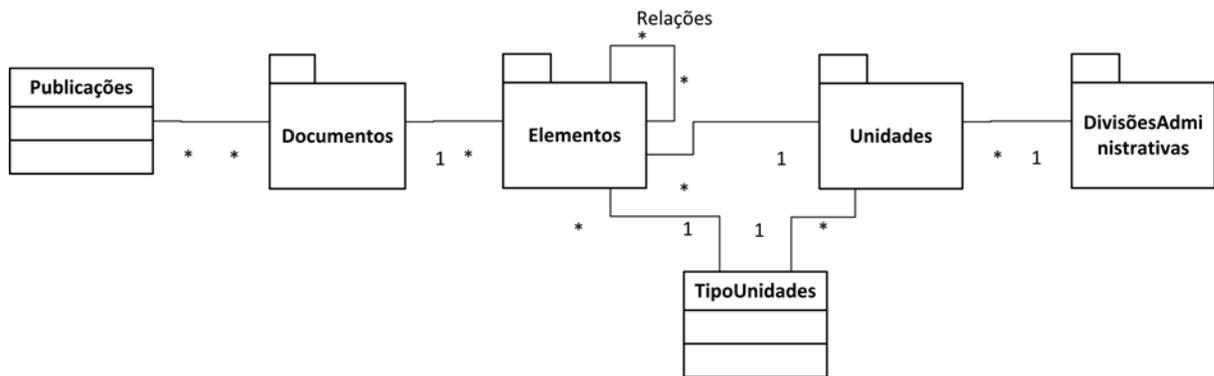


Figura 1: Esquema simplificado da BD

O módulo Documentos destina-se a registar os metadados relativos a todos os documentos consultados. Um documento pode estar publicado em várias publicações, as quais são descritas na classe Publicações. Por outro lado, cada documento pode conter vários elementos mas cada elemento pertence a apenas um documento. O módulo Elementos regista a informação relativa a cada menção documental, sendo que podem ser estabelecidas múltiplas relações entre dois elementos. Cada elemento é ainda atribuído a uma unidade, registada no módulo Unidades. Tanto as unidades como os elementos são classificados segundo uma tipologia de unidades. Finalmente, cada unidade é localizada numa divisão administrativa, desde o nível de lugar ao de distrito.

1.3 Modelo de interface

A descrição detalhada dos atributos do modelo de dados é feita a partir da apresentação da interface constituída pelos formulários que correspondem aos três módulos principais que

estruturam a BD. No decurso desta descrição, agruparemos os diversos campos de cada formulário em secções temáticas que não ficaram explicitadas na BD por razões que se prendem estritamente com a visualização no espaço disponível das janelas. De qualquer forma, pareceu-nos útil reproduzir aqui uma imagem de cada formulário, para orientar a descrição e explicação do conjunto dos campos que os constituem.

A) Módulo Documentos

The screenshot shows a complex form with several sections:

- Top Section (A.1):** Contains fields for document identification: *Nr* (341), *Ano* (960), *AnoF* (0), *Mês* (7), *Dia* (13), *Data2*, *Séc* (50), and *25*. It also includes a *DocPublicações* table with columns *Publicação*, *NrPubl*, and *Pref*. The table contains entries for PMH, DC (81), VMH (11), and LMD (3).
- Middle Section (A.2):** A table listing elements with columns *Elemento*, *Tipo*, *Designação*, *Obj*, and *Unidade*. The table lists various elements like *Villa*, *Mosteiros*, *Porto/portella*, etc., with their respective designations and units.
- Bottom Section (A.1):** Contains a *Sumário* field with a detailed description of the document and an *Obs* field with additional notes.

Figura 2: Formulário Documentos

Deste primeiro módulo constam, como ficou dito, dois tipos de informação: (A.1) os dados imprescindíveis a uma correta identificação e caracterização diplomática de cada documento; e (A.2) a seriação das unidades espaciais nele referidas (elementos). Se esta seriação implica apenas um subformulário, a que nos referiremos de seguida, já o primeiro bloco contém um conjunto relativamente amplo de campos que é possível agrupar nas seguintes secções:

A.1.1 Identificação: *Nr* - número automático de identificação do documento.

A.1.2 Datação: *Ano*, *Mês*, *Dia* - data cronológica do documento; *AnoF* - ano final do intervalo cronológico do documento, quando aplicável; *Data2* - observações sobre datações críticas, imprecisas, tópicas, etc.; *Séc.*, *50*, *25* - classificação do documento em intervalos de século, meio-século e quarto-de-século.

A.1.3 Informação diplomática: *Fundo, Cota* - localização arquivística; *Crítica* - diplomática, não de conteúdo; *Tipologia* - diplomática e não exatamente jurídica; *Tradição* - original ou diversos tipos de cópia; *Produtor* - instituição produtora do documento, quando aplicável.

A.1.4 Publicação: *DocPublicações* - subformulário de que consta a referência às edições modernas do documento e respetivo número de ordem dentro da edição (*Publicação, Nr.Pub*), bem como a marcação da edição considerada preferencial (*Preñ*), nos casos em que haja mais do que uma.

A.1.5 Conteúdo: *Sumário* - resumo breve do conteúdo do documento; *Cit.Doc.* - transcrição das passagens do documento em que são referidas unidades espaciais.

A.1.6 Observações: *Obs.* - notas mais detalhadas sobre informação que consta dos restantes campos ou outros temas que merecem algum tipo de observação.

A.2 Elementos: subformulário que apresenta a lista de todas as unidades espaciais mencionadas no documento, especificando para cada menção: o respetivo número de identificação (*Elemento*); o tipo morfológico e a designação que este documento, em particular, lhe atribui (*Tipo, Designação*); a marcação da unidade como objeto do negócio jurídico consignado pelo documento, quando aplicável (*Obj.*); e a referência ao número de identificação na tabela *Unidades* da unidade espacial a que corresponde cada elemento (*Unidade*). Cada linha deste subformulário identifica um elemento cuja descrição detalhada é registada no próximo módulo, completando os campos aqui presentes com muitos outros.

B) Módulo Elementos

Deste segundo módulo consta um conjunto muito amplo de campos em que se procura registar a informação fornecida pelo documento sobre a morfologia de cada uma das unidades. É possível agrupar estes campos nas seguintes sete secções:

B.1 Identificação¹: *Id* - número automático de identificação do elemento; *Tipo* - classificação morfológica atribuída pelo redator do documento à unidade; *Ref. Plural* - marcação das unidades que o documento não individualiza mas refere no plural, como parte integrante de um conjunto de unidades do mesmo tipo; *Designação* - transcrição completa da exata denominação atribuída à unidade no documento. Por forma a sistematizar o recurso a estes

¹ O cabeçalho de identificação do *elemento* (*Id., Tipo, Ref. Plural, Designação*) é complementado, na segunda linha do formulário, pela informação relativa à localização (lugar, freguesia e concelho) e ao tipo e designação normativos da unidade a que cada *elemento* corresponde, dados provenientes do formulário *Unidades*.

elementos, definimos seis tipos, que podem coexistir numa mesma designação: *Antroponímico*, *Proprietário/usufrutuário*, *Toponímico*, *Topográfico*, *Hagionímico*, *Outros*; *Obj.* - marcação da unidade como objeto do negócio jurídico consignado pelo documento, quando aplicável. Por último, cabem ainda aqui os campos (situados na parte inferior do formulário) de remissão para o número de identificação do diploma em que o elemento é referido (*DocId*) e para a respetiva data (*Ano*, *AnoF*), bem como para o número de identificação (na tabela *Unidades*) da unidade a que o elemento corresponde. E o campo em que se transcreve detalhadamente as passagens em que o documento alude a esta unidade (*Cit.Doc.*).

The screenshot shows a web-based form for 'Elementos'. The main form includes fields for 'Id' (3293), 'Tipo' (Villa), 'Designação' (uilla lalini), 'Lugar' (Larim), 'Soutelo' (Vila Verde), and 'TipoNorm' (Villa). There are checkboxes for 'Antroponímico', 'Proprietário/Usufrutuário', 'Toponímico', 'Topográfico', 'Hagionímico', 'Outros EID', and 'Obj.'. Below these are checkboxes for 'Porções', 'Fracções', and 'Fragm. Obs.'. A section for 'Confrontação' has checkboxes for 'Marcos Mentais', 'Marcos Físicos', 'Dimensões', 'Outros Del.', and 'Del. Obs.'. There are also 'Relações' checkboxes for 'Villa/Top.', 'Montes/Castros', 'Rios', 'Mar', and 'Outros EFL.'. A table with 5 columns (Id, Relação, Unidade2, Tipo, Designação) lists related elements. To its right is a smaller table with 3 columns (Id, Relação, Unidade2). Below the tables are sections for 'Transmissões', 'Tributos', 'Cit Doc', and 'Obs'. On the right side, there are input fields for 'DocId' (341), 'Ano' (960), 'AnoF' (0), and 'Unidade' (1759). Red boxes and labels B.1 through B.7 point to various parts of the form.

Id	Relação	Unidade2	Tipo	Designação
7809	co-integrada	3295	Villa	uilla de arca
7810	co-integrada	3296	Villa	uilla de sancta eolalia (...) sancta eolalia
7811	co-integrada	3297	Villa	uilla de fontanello
7812	integrada	3355	Outros (UASE)	[perímetro abrangendo as villae de Larim,
8487	integrada	3695	Templos (sem design)	lalini
*	(Novo)			

Id	Relação	Unidade2
643	integrada	Adjunciones/adiacentis,
644	integrada	Ecclesia
*	(Novo)	

Figura 3: Formulário Elementos

B.2 Fragmentação: *Porções*, *Fracções* - marcação de referências a porções (abstratas) ou frações (devidamente quantificadas) da unidade, normalmente objeto de transação; *Fragm.Obs.* - registo do número de porções e/ou do exato valor das frações referidas, bem como de outros dados relevantes.

B.3 Delimitação: A diversidade de informações que cabem nesta secção obrigou à definição de cinco tipos, que podem coexistir segundo várias combinações possíveis: (i) *Confrontação* - que pode dizer respeito tanto à "Demarcação" linear do perímetro da unidade como à simples indicação de "Elementos confinantes" soltos; ambos os subtipos vão assinalados, com recurso a estas duas expressões, no campo *Del.Obs.*; (ii) *Marcos Mentais* de

delimitação; (iii) *Marcos Físicos* de delimitação; (iv) *Dimensões* - referências a dimensões exatas da unidade ou de respetivas porções/frações, que vão registadas no campo *Del.Obs*; (v) *Outros Del.* - referência a outras formas de delimitação.

B.4 Sistema de localização da propriedade: A relevância da informação espacial veiculada pelo sistema de localização utilizado pelos redatores para situar geograficamente a(s) propriedade(s) objeto de transação justifica a criação de uma secção autónoma em que é possível marcar a referência explícita a um ou mais elementos de localização que compõem esse sistema. Sem esgotar a paleta destes elementos (que podem ser de índole social/territorial ou estritamente física), individualizámos os seguintes, por serem os mais frequentes: *Villa/Top.* (villae ou topónimos); *Montes/Castros*; *Rios*; *Mar*; *Outros EFL* (outros elementos físicos de localização).

B.5 Relações: A preocupação central com a recolha da abundante informação veiculada pela documentação notarial sobre relações espaciais entre unidades levou-nos a dedicar-lhe uma secção autónoma. A distinção essencial entre as partes “livres” e “formulares” do discurso notarial (Sabatini, 1965), com evidentes implicações na qualidade dos dados fornecidos por umas e outras, obrigou à criação de dois subformulários autónomos: B.5.1 *Relações*, em que são arroladas e caracterizadas as relações da unidade em causa com outras unidades dotadas de uma expressão espacial concreta (e por isso também fichadas nos módulos Elementos e Unidades); e B.5.2 *Relações Formulares/Indefinidas/Menores*, em que são arroladas e caracterizadas as relações da unidade em causa com unidades mencionadas no quadro de enumerações estereotipadas e de outras fórmulas de descrição da propriedade (e que em alguns casos não teriam uma existência concreta, mas um valor de mera plausibilidade), com unidades indefinidas e/ou desprovidas de uma tradução espacial e/ou de uma tipologia concreta, ou ainda com unidades menores (edifícios, águas, etc.) que não valeria a pena fichar autonomamente nos módulos Elementos e Unidades.

B.5.1 Relações: subformulário que apresenta a lista das relações, referidas no mesmo documento, entre a unidade em causa e outras unidades, especificando para cada relação: o respetivo número de identificação (*Id.*); o tipo de relação, de acordo com uma tipologia a que nos referiremos de seguida (*Relação*); a identificação do elemento relativo à unidade relacionada (*Unidade2, Tipo, Designação*). Há uma infinidade de tipos de relações possíveis que procurámos sintetizar num conjunto de quatro tipos, a exigirem alguns esclarecimentos: (i) “*integra/integrada*”: aplica-se a todas as unidades que integram outras em si mesmas ou são

integradas noutras; (ii) “confina”: aplica-se a todas as unidades que confrontam fisicamente umas com as outras; (iii) “co-integrada”: aplica-se a todas as unidades que, em virtude da pertença a um mesmo proprietário, da transação conjunta num mesmo ato (mesmo que pertencentes a diferentes titulares) e de outras informações proporcionadas pelo texto, apareçam integradas numa mesma unidade produtiva e/ou residencial; (iv) “localiza/localizada (...)”: aplica-se a todas as unidades que são referidas pelos redatores como instrumento (“localiza”) ou objeto (“localizada”) de um qualquer tipo de localização, normalmente assinalada na documentação no quadro do já referido sistema de localização dos bens transacionados ou de meras indicações locativas, um e outras destinados a integrar geográfica e/ou territorialmente as unidades em causa.

B.5.2 Relações Formulares/Indefinidas/Menores: subformulário que apresenta a lista das relações mantidas pela unidade em causa com unidades formulares, indefinidas ou menores referidas no mesmo documento, especificando para cada relação: o respetivo número de identificação (*Id.*); o tipo de relação, de acordo com a mesma tipologia definida para o subformulário *Relações (Relação)*; o tipo morfológico da unidade relacionada (*Tipo*). Porque estas unidades formulares, indefinidas ou menores não têm uma tradução espacial/material concreta ou não justificam o registo, não foram fichadas como unidades autónomas nos módulos *Elementos* e *Unidades*. Com efeito, o que importa analisar no caso das relações estabelecidas com estas unidades é apenas a morfologia das unidades relacionadas e a tipologia das relações, por forma a definir padrões gerais.

B.6 Atribuição Social: O questionário subjacente à BD não contempla apenas a caracterização da morfologia física das unidades espaciais, mas também a da sua morfologia social, para o que é necessário recolher sistematicamente a informação relativa a dois indicadores-chave da “atribuição social” destas unidades: a cadeia de transmissão da titularidade sobre essas unidades e o conjunto de imposições que sobre elas recaíam. A estes dois indicadores correspondem dois subformulários: B.6.1 *Transmissões* e B.6.2 *Tributos*.

B.6.1 Transmissões: subformulário que apresenta a lista das sucessivas transmissões de que a unidade foi objeto, de acordo com a informação prestada por cada documento, especificando para cada transmissão: o respetivo número de identificação (*Id.*); a identidade do proprietário que aliena a unidade (*Anterior*); a tipologia da transmissão (*Tipo*); a identidade do proprietário que adquire a unidade (*Posterior*); o número de ordem desta transmissão em particular no quadro de uma eventual cadeia de transmissões referida no documento (*Ordem*);

a possibilidade de marcar esta transmissão como o negócio jurídico que o ato consigna (*Principal*); e um campo livre de observações (*Obs.*).

B.6.2 Tributos: subformulário que apresenta a lista dos tributos que impendem sobre a unidade, de acordo com a informação prestada por cada documento, especificando para cada tributo: o respetivo número de identificação (*Id.*); a designação exata atribuída pelo documento (*Tributo*); a identidade da autoridade tributária ou simplesmente do indivíduo que determina a imposição e beneficia do tributo (*Autoridade*); a caracterização da situação tributária, de acordo com uma tipologia básica ("Exação", "Isenção", "Imunidade") (*Situação*); a indicação do valor do tributo (*Valor*); e um campo livre de observações (*Obs.*).

B.7 Observações: *Obs.* - notas mais detalhadas sobre informação que consta dos restantes campos/secções ou outros temas que merecem algum tipo de esclarecimento particular.

C) Módulo Unidades

Deste terceiro módulo consta a informação geral sobre cada uma das unidades espaciais identificadas, que resulta da agregação de todas as menções documentais a essa unidade (elementos). Os vários campos que compõem este módulo dividem-se em três grandes secções:

C.1 Identificação: *Id* - número automático de identificação da unidade; *TipoNorm* - classificação morfológica normativa, que resulta da ponderação das classificações, nem sempre coincidentes, atribuídas à unidade nos diversos documentos em que é mencionada; *DesigNorm* - denominação normativa, que reúne os vários elementos de designação da unidade referidos nos diversos documentos que a mencionam.

O problema central que se coloca nesta secção é o da classificação morfológica, uma vez que o questionário subjacente à BD coloca no centro da análise os diversos tipos de unidades de organização do espaço definidos pelos redatores dos documentos, com recurso a um léxico classificatório que se constrói na interseção entre os planos material e jurídico e que responde a esquemas sociais de organização e a esquemas mentais de representação do espaço. A profusão de termos integrados neste léxico espacial obrigou-nos, desde logo, a agregar alguns desses termos em tipos compósitos (que reúnem duas palavras com sentidos próximos mas não coincidentes), sintéticos (que congregam unidades semelhantes do ponto de vista morfológico mas designadas por palavras diferentes) e residuais ("Outros"). E ditou sobretudo a necessidade de criar uma tipologia que pudesse, de alguma forma, sistematizar essa profusão de termos/tipos, agrupando-os em categorias definidas por critérios que passam pela morfologia

das unidades, em primeiro lugar, mas também pelo enquadramento discursivo mais frequente desses termos (partes do discurso diplomático e tipologias documentais em que ocorrem) ou mesmo, no caso das unidades de paisagem, os diversos setores a que pertencem. Note-se, todavia, que se em alguns casos foi necessário criar categorias de primeira, segunda e terceira ordem para arrumar conjuntos de tipos muito numerosos e morfologicamente variados, noutros não se ultrapassou a categoria de primeiro nível.

The screenshot displays the 'Formulário Unidades' interface. At the top, there are dropdown menus for 'Id Lugar' (4186), 'Concelho' (Vila Verde), 'Freguesia' (Soutelo), and 'Lugar' (Larim). Below these is a table of 'Elementos' with the following data:

Id	Tipo	Designação	Doc.	Ano
3193	Villa	uilla lalini	338	959
3293	Villa	uilla lalini	341	960
3577	Villa	Villa de lalini	356	1014
3842	Villa	villa lalini integra cum suo mandamento	381	1059
4539	Villa	[villa] Lalim cum abiuntionibus suis	394	950
*	(Novo)			

To the right of the table, the 'OBS' field contains the following text:

- LOCALIZAÇÃO: Esta villa é unanimemente situada no l. Larim da f. Soutelo: COSTA, 2000: 192; RAMOS, 1991: 112. Anexo ao mapa n.º 4; AMARAL, 2007: 615, que esclarece: «L. da f. de S. Miguel de Soutelo, primitivamente chamada de Larim, c. de Vila Verde». Note-se contudo que o topónimo "Larim" também se aplicou à f. Loureira (Sta. Eulália) «antigamente Larim ou Vila Verde», segundo COSTA, 2000: 626. Poderá deduzir-se daqui que a villa primitiva ocuparia um perímetro hoje repartido entre as ambas as fs. [vizinhas]? Esta villa distinguir-se-ia ainda da villa Soutelo (v. Obs. à un. 1853). - ELEMENTOS: el. 4539; FERNANDES, 1970-1972. II [1971]: 53 recusa a identificação deste el. com a f. Soutelo, c. Vila Verde: «Lalim, não o do Cávado, mas em Deza [Galiza]». No entanto, tanto COSTA como AMARAL arrolam explicitamente o el. 4539 como a primeira menção documental à villa de Larim. É verdade que esta villa veio a pertencer a D.ª Chãmoa Rodrigues, sobrinha de D. Mumadona, que a doou a Guimarães em 960 (doc. 341), e que parecia ter na villa de Larim o centro de um domínio mais vasto concentrado no curso final do Homem, junto à margem do Cávado (v. Notas a documentos específicos, §9.3). Vê-se assim com mais dificuldade como é que esta villa teria cabido em partilhas a D.ª Ónega, filha de Mumadona, apenas 10 anos antes de D.ª Chãmoa a doar ao mosteiro. E este deve ter sido o argumento (não explicitado) que levou A. Fernandes a propor antes a identificação do topónimo com um l. galego. No entanto, não há nenhuma indicação no doc. 394 que permita situar esta villa na Galiza. É convém mesmo notar, embora o argumento seja débil, que os ls. arrolados imediatamente antes e depois de "Lalim", entre os bens que couberam a D.ª Ónega, estão todos localizados no território portugalense. - FUNÇÕES/RESIDENCIAIS/PRODUTIVAS: el. 3577: «Villa de lalini et sautello cum adiuntionibus suis et omnes habitantes in eas siue uillas quomodo ei incommunitatis ab integro sicut in scripturis colligati sunt» (doc. 356).

Figura 4: Formulário Unidades

C.2 Localização: *Id Lugar* - número automático de identificação do atual lugar em que a unidade se situa; *Concelho*, *Freguesia*, *Lugar* - indicação dos atuais concelho, freguesia e lugar em que a unidade se situa. A informação que consta destes campos provém da Base Geográfica de Referência da Informação (BGR²), produzida pelo INE, de que foi extraída para a BD a informação relativa aos atuais distritos de Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real. Embora estas listas de concelhos e freguesias sejam à partida exaustivas, já a de lugares tem de admitir a adição de atuais lugares em falta e sobretudo da multiplicidade de antigos lugares mencionados na documentação que ou desapareceram ou nos foi impossível identificar.

² A BGR² (2001) esteve na raiz da implementação do suporte digital para a cartografia censitária: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_base_cartogr (cons. 2012-07-14).

O grande problema que se coloca nesta secção é o da identificação toponímica das unidades. Naturalmente, há que admitir a possibilidade de erro puro e simples, decorrente da falta de elementos informativos que sustentem identificações com total acerto, ou mesmo da pura deslocação dos núcleos de habitat entre o período em estudo e a atualidade. No entanto, importa sobretudo chamar a atenção para a possibilidade de erro, ditada pelas diferenças estruturais entre a base territorial e o sistema de localização utilizados pelos redatores dos documentos para nomear e localizar as unidades espaciais e a malha administrativa atual que informa a nossa percepção espacial e a que está obrigada qualquer tentativa de criação de uma malha territorial homogênea capaz de suportar a georreferenciação destas unidades, imprescindível desde logo à sua representação cartográfica.

C.3 Elementos: subformulário que apresenta a lista de todas as menções documentais à unidade em causa (*elementos*), especificando para cada menção: o respetivo número de identificação na tabela *Elementos (Id)*; o tipo morfológico e a designação que o respetivo documento, em particular, lhe atribui (*Tipo, Designação*); o número de identificação do documento em que cada elemento é mencionado (*Doc.*) e o respetivo ano, essencial para a datação dos vários elementos relativos a uma mesma unidade (*Ano*).

Como já ficou dito, a identificação das diversas menções documentais a uma mesma unidade está longe de ser uma operação automática. Pelo contrário, a homonímia que caracteriza a toponímia do período e da documentação estudados, bem como a escassez da informação relativa a muitas das unidades referidas (sobretudo quando não são objeto dos atos jurídicos consignados pelos documentos), dificultam grandemente esta operação. No essencial, ela assenta em três tipos de dados: (i) a designação, que em alguns casos se limita a um topónimo, antropónimo determinativo, hagiónimo, etc., que pode não bastar para distinguir entre duas unidades com a mesma designação e/ou pertencentes a um mesmo proprietário/usufrutuário e/ou situadas na mesma área; (ii) a informação relativa à titularidade das unidades, que pode ir da mera identidade dos proprietários/usufrutuários (atuais e/ou anteriores) que as transacionam até ao estabelecimento de verdadeiras cadeias de transmissão dessa titularidade ou mesmo a referência a porções/frações que denunciem a repartição (hereditária ou não) de uma mesma unidade; e (iii) todos os dados fornecidos pelos redatores dos documentos para localizar as unidades referidas, desde os elementos toponímicos (ou topográficos) de designação, até à menção a macro- e micro-elementos de localização (com destaque para os que integram o já referido sistema estruturado: terras/territórios,

villae/topónimos, montes/castros, rios, mar, etc.), ou mesmo a referência a unidades confinantes e outra informação que consta da delimitação das unidades.

C.4 Observações: *Obs.:* notas mais detalhadas sobre informação que consta dos restantes campos ou outros temas que merecem algum tipo de observação.

ANEXO A: DIAGRAMA RELACIONAL DA BASE DE DADOS "PAISAGEM E POVOAMENTO (DIOCESE DE BRAGA, SÉCULOS IX-XI)"

